



Vol. 5 nº 9 jan/jun 2010
p.139-153

O FENÔMENO EDUCATIVO NA AMÉRICA LATINA: BRASIL, VENEZUELA, MÉXICO E CHILE

Alex Verdério¹
Liliam Faria Porto Borges²
(UNIOESTE)

Resumo: Este artigo busca a partir da realidade do Brasil, Venezuela, México e Chile, apontar elementos relacionados ao fenômeno educativo na América Latina. Para tanto, assume como procedimento metodológico a análise comparada, que através da diferenciação e da associação possibilita uma leitura aproximada de uma realidade complexa e diversificada como a aqui estudada. Na perspectiva de compreender o fenômeno educativo latino-americano, tendo por referência os quatro países mencionados, lançou-se mão da coleta de dados apresentados por distintos organismos que tem como objetivo, elaborar panoramas periódicos da realidade da América Latina e Caribe, considerando as variáveis econômica e social. O processo de sistematização teve por nexos as reformas da década de 1990 que, a partir do Consenso de Washington, delinearão as reformas dos Estados latino-americanos neste período, o que possibilitou uma compreensão sobre o papel do Estado e das políticas educacionais por ele efetivadas, que tem influência direta no que concerne ao fenômeno educativo aqui analisado.

Palavras-Chave: América Latina; Desenvolvimento; Políticas educacionais; Fenômeno educativo.

THE EDUCATIVE PHENOMENON IN LATIN AMERICA:
BRAZIL, VENEZUELA, MEXICO AND CHILE

Abstract: From the Brazilian, Venezuelan, Mexican and Chilean realities, this article means to point out elements related to the educative phenomenon in Latin America. For such, it uses as methodological procedures the compared analysis, that through the differentiation and from association makes it possible a reading next to a complex and diversified reality like the one studied here. In the perspective of understanding the Latin American educative phenomenon, having by reference the four countries mentioned, it was used the data collection presented by distinct organisms that have as an objective, elaborate periodical panoramas from the Latin America and Caribbean realities, considering the social and economical variables. The process of systematization had by sense the reforms from the 1990 decades that, beginning from Washington Council, designed the Latin American reforms in such period, what made it possible an understanding about the role of the State and from the educational policies made it effective and it has direct influence in what concerns the educative phenomenon analyzed in here

Keywords: Latin American, educational policies, development, educative phenomenon.

1. INTRODUÇÃO

“Nós latino-americanos... somos todos irmãos não porque seja o mesmo sangue que no corpo levamos: o que é o mesmo é o modo como o derramamos”.

(Ferreira Gullar)

O desafio proposto neste trabalho foi o de elaborar uma análise comparada, referente a quatro países, no que diz respeito a realidade de seus sistemas educativos, a partir da implementação das reformas dos anos de 1990. Tal intento exigiu a busca por informações junto a dados estatísticos apresentados por distintos organismos que tem como objetivo elaborar panoramas periódicos da realidade da América Latina e Caribe, considerando as variáveis: econômica e social, na perspectiva de alcançar o objetivo proposto, que consiste em uma análise da situação educativa de quatro países: Brasil, Chile, México e Venezuela.

Destacamos que esses países, por vezes, de formas diferenciadas e/ou similares adotaram as proposições dos organismos internacionais, referente à reorganização de seus sistemas educativos, na perspectiva de cunhar o desenvolvimento das economias e sociedades locais. Para compreender este movimento, sobretudo a partir da década de 1990, somos levados a considerar que tal exercício nos exige uma postura, na medida do possível interdisciplinar, firmada nas condições econômicas e sociais de cada país, bem como em sua realidade atual no que se refere às consequências das políticas adotadas.

Para tanto, optamos pela análise comparada, enquanto procedimento metodológico, com o intuito de, a partir da diferenciação e da associação, tecer análises e reflexões no sentido de melhor compreender o fenômeno educativo na América Latina. Todavia, não perdendo de vista a análise sistêmica, na perspectiva de identificar as questões mais significativas e relevantes das realidades mencionadas. As variáveis centrais da análise são: Alfabetização, Escolarização Primária e Secundária; Taxas de Reprovação e Evasão. O que não impossibilitou a busca de outras variáveis capazes de melhor instrumentalização para efetivamente compreender o fenômeno educativo, que em última instância esta colado aos processos históricos, sociais, econômicos e políticos de cada país, e, mas amplamente no contexto da América Latina.

2. AS REFORMAS DA DÉCADA DE 1990

A posição internacional da América Latina como região periférica do capitalismo mundial a constituiu como um conjunto de países que pensam seu desenvolvimento

como resposta à divisão internacional do trabalho. Assim, na perspectiva de um desenvolvimento autônomo, de ampliação do acesso dos benefícios a amplas camadas sociais, da construção de alternativas protagônicas, pode-se afirmar que a América Latina vem, historicamente, sofrendo com a falta de diretrizes capazes de, de fato, orientar seu desenvolvimento. O contexto aqui analisado é fruto de uma sociedade heterogênea, determinada, além das questões econômicas postas pelo seu posicionamento na configuração do capitalismo internacional, também por questões antropológicas e sociais de sua formação societal.

A década de 1950 se configurou como momento em que os Estados latino-americanos assumem o papel de agentes principais do desenvolvimento local, conforme FALEIROS (1980), “O Estado capitalista é uma garantia de manutenção das condições gerais de reprodução do capital e da produção, isto é, da acumulação capitalista. Ele assume os investimentos não rentáveis para o capital.” (p. 59). No caso específico do Brasil, o Estado se apresenta como fiador principal do processo de industrialização do país, investindo pesadamente na produção de bens de produção e na defesa do ‘interesse nacional’, sendo que as ações do Estado, no período, giravam “(...) desde a aceleração da acumulação de capitais à implementação da infraestrutura necessária.” (XAVIER, 1990, p.38). Neste sentido, o Brasil, através do Estado capitalista aqui instituído, assume um projeto de desenvolvimento amparado no nacional-desenvolvimentismo. Todavia, esse projeto de desenvolvimento se sustenta até certo ponto, pois com a rearticulação do capital internacional, tal projeto é substituído pelo modelo de desenvolvimento-associado, que se funda na abertura da economia brasileira ao capital internacional, a partir da “(...) fusão dos interesses do Estado brasileiro com os interesses dos monopólios privados, e daí a sua fusão com os dos monopólios internacionais (...)” (XAVIER, 1990, p. 43), o que acontece também na maioria absoluta dos Estados latino-americanos.

É neste contexto que, com a crise modernizadora de 1979-1982, o fenômeno educativo é apontado como possibilidade de superar as dificuldades postas pela crise, tendo na ampliação do acesso à educação, o seu principal meio. No entanto, tal indicativo está associado à necessidade dos países da América Latina em buscar financiamento externo para alcançar tais prerrogativas, o que inevitavelmente contribuiu para o endividamento das economias regionais. A partir daí, a educação passa a ser apontada como principal valor agregado da economia, tendo como pano de fundo a possibilidade de alavancar o desenvolvimento regional.

Com isso, o ‘Estado forte’, defendido nas décadas anteriores passa a ser tensionado a assumir novas posturas. Tensões estas, produzidas pelas condições internas de cada país mas, sobretudo, pelas políticas de financiamento dos organismos internacionais que atrelam as possibilidades de financiamentos ao cumprimento de algumas prerrogativas, dentre elas o próprio redimensionamento da funcionalidade do Estado. Tal orientação tem sua síntese no chamado Consenso de Washington que, firmado em um intencional pacto desenvolvimentista para a região, se vincula a necessária “[...] geração de capacidades e competências indispensáveis à competitividade internacional, o aumento do potencial científico - tecnológico da

região, bem como o desenvolvimento de estratégias que propiciem a formação de uma moderna cidadania vinculada à competitividade dos países, à democracia e a equidade.” (GAJARDO, 2000). Nesta direção, o Consenso de Washington passa a apregoar, como aspectos fundamentais para a retomada do desenvolvimento dos países latino-americanos a disciplinarização e a reorganização dos gastos públicos, eliminando gastos e transferindo tarefas para o setor privado; a liberalização comercial, rompendo com barreiras protecionistas; as privatizações, abrindo mão de empresas nacionais de cunho estratégico..

Contudo, novas são as necessidades apontadas, pois o quadro apresentado se constitui como momento de “transição para um período cujo dinamismo e desempenho serão marcados pelo grau de centralidade que as sociedades concederem à educação e à produção de conhecimentos.” (CEPAL, 1992, p.914). A partir desse entendimento, as reformas educacionais são aplicadas com o intuito de dinamizar o aparato dos sistemas educativos para o alcance do desenvolvimento local, tendo como ênfase, conforme GAJARDO (2000), fazer “da educação e do conhecimento instrumentos da transformação produtiva com equidade”, superando “o relativo isolamento do sistema de educação, de capacitação e de aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos abrindo-os às exigências sociais.”, assegurando “o acesso universal aos códigos de modernidade” juntamente com o redimensionamento dos processos de gestão dos sistemas educativos em sua amplitude. Destaca-se que as reformas educativas na América Latina, salvo algumas exceções, foram baseadas na privatização, nas quais o setor privado contou com total apoio do setor público, inclusive com financiamento direto.

Desta forma, as Reformas da década de 1990 são focalizadas no sentido de dar continuidade às reformas iniciadas na década anterior que tiveram maior ênfase na reformulação do Estado, com a descentralização, as privatizações, a desregulamentação e a terceirização de serviços públicos. Com isso, na década de 1990 a ênfase é dada nas reformas institucionais, tendo como pano de fundo a superação das deformações produzidas pela instituição das reformas anteriores. Neste sentido, o Estado desejado passa a ser o *Estado necessário*, que a partir da *reinvenção do governo*, tende a ser o garantidor do desenvolvimento do capital, tendo nas políticas sociais o seu principal sustentáculo para manter o equilíbrio social necessário.

3. O CONTEXTO LATINO-AMERICANO: BRASIL, VENEZUELA, MÉXICO E CHILE

A América Latina e Caribe atualmente somam cerca de 569 milhões de habitantes, ou seja, aproximadamente 5.6% da população mundial, distribuída em vinte países e em mais onze territórios dependentes. Seu Produto Interno Bruto – PIB soma o valor de 3.33 trilhões de dólares, sendo que, 57% desse total são dispostos pelas economias de apenas dois países: Brasil e México (WEO, 2009).

Em 2008, mesmo com o aumento progressivo do PIB por habitante (conforme Quadro Nº. 1), estimava-se que 33,2% da população latina-americana (182 milhões de pessoas) viviam na pobreza e que essa população em sua grande maioria está localizada nas zonas urbanas, sendo que “A América Latina e o Caribe são as regiões em desenvolvimento do planeta com um maior índice de população urbana” (GAIER, 2008).

QUADRO 1 - PIB por habitante (Dólares)

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1994	3.508.6	5.031.1	5.765.5	3.930,9
1999	3.588.9	4.738.4	6.075.2	4.750.6
2004	3.873,0	4.614.6	6.552.9	5.459.0
2007	4.216.5	5.788.6	7.093.7	6.126.5

Fonte: Base de Dados: Cepal - Anuário Estatístico 2008.

Conforme o Quadro 2, podemos constatar que no período de 2007 a 2008, aproximadamente 60% da população latino-americana estava concentrada nos quatro países aqui analisados: Brasil (33.4%), México (19.1%), Venezuela (4.9%) e Chile (2.9%).

QUADRO 2 - População Total (conforme projeções e hipóteses médias de fecundidade)

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1990	149.690.0	19.731.0	84.002.0	13.179.0
2000	174.719.0	24.296.0	99.684.0	15.398.0
2005	187.601.0	26.556.0	104.159.0	16.267.0
-2007				
2008*	189.985.135	27.934.783	108.700.891	16.598.074
2010	199.992.0	28.887.0	110.056.0	17.094.0

Já o Quadro Nº. 3, nos indica uma queda progressiva na taxa de crescimento populacional dos quatro países analisados. Tal aspecto vem sendo caracterizado, como uma oportunidade “do bônus demográfico para os países da América Latina, que reflete o equilíbrio maior entre a população em idade produtiva e a população em idade dependente (crianças e idosos).” (MERCADOETICO, 2008). O que no

contexto das políticas educacionais, podem se transformar num momento decisivo para os governos, no sentido de aperfeiçoar sua infraestrutura para garantir a universalização do acesso e da qualidade à educação básica, pois “Calcula-se que a procura pelo ensino primário continue a cair (uma vez que há uma diminuição da população infantil), além de reduzir a procura pelo ensino secundário (por conta da queda na população adolescente).” (MERCADOETICO, 2008). Desta forma, com a menor pressão sobre os sistemas educativos, podemos vislumbrar uma oportunidade para que os governos latino-americanos, e em especial os dos países aqui analisados, aumentem os níveis de cobertura e a qualidade na educação primária e secundária

QUADRO 3 - Taxa de crescimento populacional total
(taxas anuais médias por cada 100 habitantes)

	Brasil*	Venezuela**	México*	Chile****
1980 - 1985	2.1	2.2	2.2	1.6
1990 - 1995	1.5	2.0	1.8	1.6
2000 - 2005	1.2	1.8	1.4	1.2

(*Base de dados: Situación Educativa de América Latina y el Caribe 1980-2000. UNESCO/OREALC. ** Base de Datos: Cepal – Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe, 2003. *** Base de Datos: UNESCO- OREALC, 2001).

No entanto, um dos maiores obstáculos encontrados para esse salto no que se refere à cobertura e qualidade dos sistemas educativos, está situado na disponibilização de recursos para as políticas educacionais como um todo.

QUADRO 4 - Gasto público em educação (porcentagem do produto nacional bruto)

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1994	1.7%	5.2%	4.7%	3.1%
1999	4%	...	4.5%	4%
2004	4.1%	...	5.5%	3.9%
2006	4.1%	3.7%	5.6%	3.6%

Fonte: Base de Dados: Cepal - Anuário Estadístico - 2008.

Podemos observar (Quadro Nº. 4) que mesmo com o relativo aumento das ultimas décadas, se considerarmos o débito educativo para com as populações latino-americanas, este valor torna-se insuficiente para alcançar os índices desejados e necessários para a tão promulgada *transformação produtiva com equidade* que tem como eixo central a educação. Tendo em vista que o índice de população analfabeta até 2005, nos países analisados, demonstra cifras razoáveis, conforme o Quadro Nº.5, destacando que tais índices se mantêm, considerando as projeções para 2010:.

QUADRO 5 - População analfabeta de 15 anos ou mais (ambos os sexos)

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1990	18%	11.1%	12.7%	6%
2000	13.1%	7.5%	8.8%	4.2%
2005	11.1%	6%	7.4%	3.5%
2010	9.6%	4.8%	6.2%	2.9%

(Base de Dados: Cepal - Anuário Estatístico 2008).

Neste cenário, considerando a orientação cepalina, contida nos comentários finais do documento "Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade", de que "trata-se de uma tarefa de grande envergadura, complexa, inevitável e já em andamento" (CEPAL, 1992, p.919), sem dúvida, além de ser necessária uma postura coerente dos governos locais, tal tarefa depende prioritariamente de um redirecionamento da distribuição dos recursos públicos na perspectiva de garantir a universalidade e qualidade de todos os níveis de ensino, pois como confirma a afirmação cepalina: "seus resultados condicionarão tanto a evolução econômica e social quanto o peso dos países da região latino-americana no contexto mundial." (CEPAL, 1992, p.919).

Porém, esta perspectiva tem demonstrado ser uma verdadeira falácia, pois o que se tem evidenciado com a reestruturação internacional do capital é que "o Estado capitalista é uma garantia de manutenção das condições gerais de reprodução do capital e da produção, isto é, da acumulação capitalista." (FALEIROS, 1980, p. 59). Desta forma, o papel dos países latino-americanos e, mais especificamente, dos quatro aqui analisados, é servir aos interesses do capital internacional, seja com a produção de consumidores, *detentores dos códigos da modernidade*, com a produção de mão de obra barata para a maquinofatura, seja para a produção de intelectuais a serem captados pelas grandes transnacionais ou pelos países centrais do capitalismo, no âmbito da *competitividade internacional*.

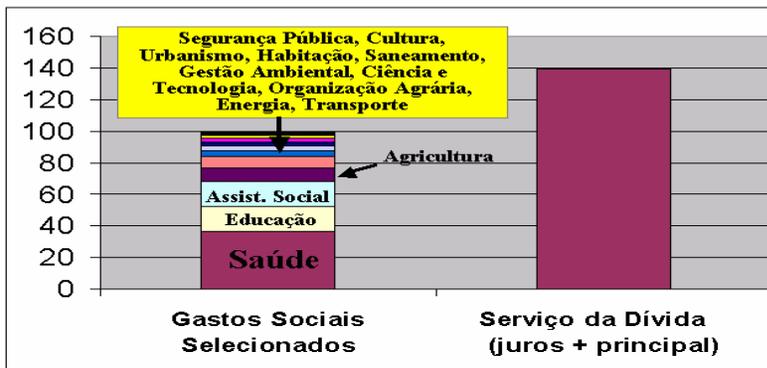
Outro ponto a ser ressaltado é o árduo esforço para o pagamento da dívida externa e de seus juros, efetivado pelos países analisados, bem como pelo conjunto da América Latina. Segundo balanço preliminar da CEPAL de dezembro de 2002, o

total da dívida externa dos países da América Latina e Caribe atingia 725 milhões de dólares (RODRIGUES, 2003). O pagamento da dívida externa para os países latino-americanos, exige um grande esforço de contenção de gastos sociais e acúmulo de superávit, recursos estes que serão direcionados ao pagamento da dívida externa e de seus juros.

Tomando-se o ano de 2005 como exemplo, verificamos que este foi mais um ano de sacrifício para o povo brasileiro: recorde de arrecadação de tributos; recorde de contingenciamento de investimentos e gastos públicos, tudo para se cumprir e superar a estéril meta de superávit primário. Ao todo, os governos federal, estadual e municipal realizaram um superávit primário (reserva de recursos para o pagamento da dívida pública) de R\$ 93,5 bilhões, valor esse equivalente a 4,84% do PIB[...]. Todas estas dívidas – interna e externa - implicaram no pagamento de um serviço (ou seja, a soma dos juros e do principal destas dívidas), pela esfera federal, de R\$ 139 bilhões em 2005, bem mais que os R\$ 99 bilhões gastos com a SOMA de todas estas áreas sociais (CARNEIRO, 2006).

GRÁFICO 1 – Governo Federal – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Realizado em 2005 – R\$ bilhões



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal – www.stn.fazenda.gov.br

Afirmamos, assim, as políticas sociais, e dentre elas as políticas educacionais, como ações do Estado liberal no intuito de desenvolver, consolidar e manter o sistema capitalista. No entanto, somos levados ainda, a refletir sobre o caráter de disputa que o campo das políticas sociais permite, por vezes, elas se constituem como o antídoto do caráter antissocial da política econômica capitalista. As lutas por efetivação de políticas sociais podem se figurar como momentos que possibilitem, a partir da tensão exercida sobre o Estado liberal, a articulação da classe trabalhadora em contraposição ao domínio do capital.

Pois, como afirma Saviani, “a defesa do ensino público e gratuito e a

reivindicação por mais verbas para a educação constituem um aspecto da luta pela valorização da política social em relação à política econômica.” (2007, p. 210). Dessa forma, ao lutar por mais recursos para as políticas sociais, contra a privatização dos mecanismos de sua efetivação e, alcançando a organização necessária para travar tais lutas, com certeza estaremos um passo a frente na luta pela transformação das bases materiais de nossa existência, sejam elas econômicas, sociais e/ou culturais.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO EDUCATIVO E AS REFORMAS EDUCATIVAS NA AMÉRICA LATINA

As Reformas da década de 1990 se firmaram no sentido de aprimorar o que já vinha sendo feito, a partir do receituário do Consenso de Washington, neste período, as reformas educativas assumiram o caráter de ordem do dia nas agendas nacionais. Cada país, de forma distinta ou similar, assumiu os desafios da superação, ou da amenização das fragilidades de seus sistemas educativos, impulsionados de forma concreta seja pela participação como signatários de protocolos e acordos de caráter multilaterais, ou pelos incentivos dos organismos internacionais de financiamento.

Os maiores esforços foram direcionados no sentido de ampliar o acesso das classes populares à educação básica (ensino fundamental e médio ou correlatos) pois, de fato, esta se apresentava como o grande gargalo dos diferentes sistemas educativos da região, conforme Quadro 6.

QUADRO 6 - Taxas brutas de escolaridade
Escolaridade Primária

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1950	39.3	51.1	53	74
1960	59.7	83.5	70.1	88.7
1975	85.5	84.5	98.5	90

Escolaridade Media

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1950	5.7	3	2.7	10.7
1960	9.5	17.7	10	21.5
1975	19.6	31.9	30.2	47.2

Escolaridade Superior

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1950	0.9	1.3	1.6	1.6
1960	1.5	4.3	2.6	4
1975	9.4	19.8	9.6	16.2

Fonte: Base de Dados: Nassif y otros, 1984, In: CASANOVA, 2008.

Ao assumir o esforço de possibilitar o acesso aos diferentes níveis de ensino às suas populações, os países aqui analisados alcançaram níveis satisfatórios de acessibilidade, com algumas nuances:

QUADRO 7 - Taxa neta de matrícula Matricula no Primeiro Nível de Ensino

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1994	89.7%	81.9%	100%	86.2%
1999	91.3%	85.6%	97.4%	99.1%
2004	94.7%	91.7%	97.9%	90%
2008	99.2%	91.3%	100%	91.3%

Matricula no Segundo Nível de Ensino

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1994	19.5%	19.2%	48.8%	53.7%
1999	65.7%	47.5%	55.4%*	...
2004	77.7%	61.2%	66.6%	...
2008

Matricula no Terceiro Nível de Ensino

	Brasil	Venezuela	México	Chile
1994	11.3%	28.5%	14.3%	27.4%
1999	14.5%	...	18.2%	37.7%
2004	23.8%	41.2%*	24.3%	43%
2008

Fonte: Base de Dados: Cepal - Anuário Estatístico 2008.

Considerando os dados estatísticos do Quadro Nº. 7 referente as taxas netas de matrículas no primeiro nível, com exceção do México, que manteve seu percentual, podemos afirmar que do início da década de 1990 até 2008, o resultado alcançado foi satisfatório, tendo em vista que Chile e Venezuela aumentaram seus índices em dez pontos percentuais, e o Brasil quase alcança a universalidade neste nível. Já nos segundo e terceiro níveis, apesar do esforço ainda estamos distantes da universalização do acesso, sendo que estes se apresentam como pontos frágeis dos sistemas educativos analisados.

QUADRO 8 - Porcentagem de repetentes no Ensino Fundamental

	Brasil*	Venezuela**	México***	Chile***
1990	9.4	7.8
1991	33.2
1995	6.8	6
1996 - 1997	...	10.3
1998	21.3	...	7	...
2001	2.8

(Base de Dados: *MEC/INEP/SEEC; **Ministerio de Educación. Proyecto SISE, OCEI; ***CEPAL, "Situación Educativa de América Latina y El Caribe, 1980-2000 e UNESCO, Institute for Statistics; ****Compendio Estadístico MINEDUC 1995-2002.)

QUADRO 9 - Taxa global de deserção (jovens de 15 a 19 anos)

	Brasil*	Venezuela**	México**	Chile*
1990	46	44	...	27
2000	45	17
2002	25	31	41	...

(Base de Dados: * CEPAL, Panorama Social de América Latina, 2001-2002. **CEPAL, Panorama Social de América Latina, 2002-2003).

Na década de 1990 o Brasil tem se apresentado como líder na taxa de repetência no Ensino Fundamental. Em comparação com os outros países aqui analisados, podemos constatar que em 1998, a taxa de repetência no Brasil, neste nível, foi o dobro da taxa da Venezuela, o triplo da do México, e quase nove vezes a porcentagem de repetência presente no Chile. O caso brasileiro evidencia a fragilidade de seu sistema educativo, pois se de um lado (Quadro Nº. 7) o acesso foi quase universalizado, a taxa de repetência se mantém muito alta, o que inevitavelmente apresenta suas conseqüências se considerarmos a taxa de deserção (Quadro Nº. 10). Conforme o documento da Internacional da Educação na América Latina,

A educação brasileira segue apresentando as mais altas taxas de repetência do continente. [...] Em 1990, a taxa de abandono escolar era de 46%, reduzindo-se significativamente a 25%, em 1999. [...] Claramente, durante a década de 90 realizou-se um grande esforço educativo no Brasil. Não obstante, os indicadores eram tão negativos ao princípio da década que, apesar do esforço feito, as taxas atuais de abandono escolar seguem altas. (s/d, p.22).

Cabe salientar a necessidade de considerar o sistema educativo em sua totalidade, pois a universalidade de acesso, por si só não dará conta das proposições cepalinas. A universalização necessita vir acompanhada da variável qualidade, nos diferentes níveis do sistema, para que de fato o fenômeno educativo possa se tornar objetivamente propulsor do desenvolvimento regional, bem como contribuir na definição dos parâmetros deste desenvolvimento. Um exercício que não tem se demonstrado fácil em sua efetivação nos países analisados, pois, o alcance, ou mesmo a aproximação, da quase universalidade da educação básica, foi resultado de grande esforço.

O que dizer, ao colarmos a necessidade da universalização a da qualidade? Isto implicará sem dúvida, na necessidade do redimensionamento dos gastos públicos, tomando a educação, como elemento central, para além do âmbito discursivo, materializando tal concepção a partir da organização do orçamento público, juntamente com a decisão e responsabilidade governamental. Com isso, poderemos de fato apontar a educação como eixo central do desenvolvimento regional, mas

anteriormente a isso, como elemento capaz de contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento que esteja a serviço dos interesses dos povos latino-americanos não mais subservientes aos interesses do capital internacional e a superação de suas crises.

5. REFERÊNCIAS

CASANOVA, Ramón. **Desigualdad educativa, población y desarrollo: exploraciones para el escenario de la Venezuela de comienzos del siglo XXI**. Caracas: Fondo de Poblaciones de las Naciones Unidas (Unfpa), 2008.

CARNEIRO, Maria L. F. **Auditoria Cidadã da Dívida: Uma Experiência Brasileira**. Caracas – Venezuela: PRIMER SIMPOSIO INTERNACIONAL Sobre Deuda Pública, Auditoria Popular Y Alternativas De Ahorro E Inversión Para Los Pueblos De América Latina. Setembro de 2006. Disponível em <http://www.oid-ido.org/> > Acessado em 06 de Junho de 2009.

CEPAL. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2002**. Santiago de Chile: Cepal/Naciones. Disponível em http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/9621/c2_i.pdf > Acessado em 06 de Junho de 2009.

— **Panorama social de América Latina, 2008**. Santiago de Chile: Cepal/Naciones Unidas. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/34732/P34732.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>> Acessado em 06 de junho de 2009.

—. **Panorama social de América Latina, 2001-2002**. (Capítulo III: Deserción escolar, un obstáculo para el logro de los objetivos del desarrollo del milenio; Anexo estadístico). Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/11254/Capitulo_III_2002.pdf. > Acessado em 06 de Junho de 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

GAIER, Rodrigo Viga. ONU alerta para crescimento rápido das cidades brasileiras. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2008/10/22/ult729u76840.jhtm> Acesso 11 de julho de 2009.

GAJARDO, Marcela. **Reformas educativas na América Latina**. Balanço de uma década. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREAL. Nº 15. Trad. GARCHET, Paulo M., disponível em: www.preal.cl. > Acessado em: 09 de março de 2009.

INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. **Balanço Qualitativo da Situação da Educação no Brasil: A descentralização em um contexto de desigualdade**. Disponível em: www.ei-ie-al.org > Acessado em 15 de junho de 2009.

—. **Chile: Descentralización, privatización e inequidad educativa**. Disponível em: www.ei-ie-al.org > Acessado em 15 de junho de 2009.

—. **Informe sobre la situación de la educación em Venezuela**. Disponível em: www.ei-ie-al.org > Acessado em 15 de junho de 2009.

— **Informe Educación México.** Disponível em: www.ei-ie-al.org > Acessado em 15 de junho de 2009.

MERCADOETICO. **Noticias 10/12/2008.** Disponível em: <http://mercadoetico.terra.com.br> > Acesso em 11 de julho de 2009.

OREALC, **Panorama Educativo 2007: Desafíos alcanzados y por alcanzar.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001598/159807s.pdf> > Acessado em 06 de Junho de 2009.

RODRIGUES, Miguel Urbano. **A dívida externa dos países subdesenvolvidos.** 10 de junho de 2003. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256160.shtml> > Acessado em 16 de Junho de 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Por uma outra política educacional.** In: SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 (Coleção educação contemporânea).

UNESCO. **Informe de Seguimiento de la Educación para Todos en el mundo. 2005.** (Anexo estadístico). Disponível em: http://portal.unesco.org/educacion/es/ev.php-URL_ID=36027&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html > Acessado em 28 de maio de 2009.

_____. Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (OREALC/UNESCO Santiago). **Situación Educativa de América Latina y el Caribe: garantizando la Educación de Calidad para Todos.** Informe Regional de Revisión y Evaluación del Progreso de América Latina y el Caribe hacia la Educación para Todos en el marco del Proyecto Regional de Educación (EPT/PRELAC) – 2007. Santiago de Chile: Salesianos, 2008. Disponível em: <http://portal.unesco.org/geograpfhy/es/ev.php-URL_ID=7911&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acessado em 28 de maio de 2009.

— **Informe “Educación para todos en 2015 ¿Alcanzaremos la meta?”.** Buenos Aires, 2007. Disponível em <http://www.iipe-benosaires.org.ar/pdf/documentos/informe_seguinto_EPT.pdf> Acessado em 12 de maio de 2009.

— **Informe de seguimiento de la educación para todos en el mundo. 2009.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001784/178428s.pdf>> Acessado em 01 de junho de 2009.

WEO - **World Economic Outlook Database** (Edição outubro 2007). Dados para Cuba do CIA Factbook Disponível em <http://imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/02/weodata/index.aspx> Acessado em 11 de julho de 2009.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil: a construção do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931 – 1961).** Campinas, São Paulo: Papirus, 1990

NOTAS

¹ Mestrando em Educação pela Unioeste/Bolsista Capes. E-mail: alexverderio@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação. Docente da Unioeste e pesquisadora do GPPS. E-mail: liliamfbb@gmail.com.

Recebido: 07/07/2010

Aprovado para publicação: 27/09/2010